

# Saber e Poder

Reinaldo Matias Fleuri

*Um jovem biólogo fez uma pesquisa e levantou o que os pescadores de uma determinada região sabem a respeito da pesca de camarões. Comparou este saber popular com os estudos científicos feitos a respeito. Chegou à conclusão que estes dois tipos de saber convergem em quase tudo. Somente em dois pontos os pescadores tinham opinião errada.*

No entanto — apesar de percebermos que o saber popular traz muitas vezes uma ciência, uma teoria verdadeira — nós intelectuais temos a tendência a considerar que nosso conhecimento é superior. O advogado, o médico, o professor, o “técnico”, é considerado como aquele que sabe e que tem “competência” para dar solução a problemas e para dizer o que os outros devem fazer. O saber do intelectual se torna, assim, poder. Poder legitimado pelo estatuto de ciência e pela submissão do povo.

“Saber é poder”, diz o ditado. De fato, se o saber é concentrado nas mãos de poucos, o poder tende a ser também concentrado e utilizado em função dos interesses desses poucos. Mas se se reconhece que o saber das classes populares tem valor, será preciso reconhecer que os favelados, os bóias-frias, os trabalhadores braçais também têm poder. Poder que pode ser usado segundo interesses contrários aos da classe dominante. Daí que esta se esforce por demonstrar que o saber popular é “acientífico”. Pois negar o saber popular implica negar o poder popular. Daí que a classe dominante procure demonstrar também que seu saber é “neutro”. Pois, assim, esconde os interesses particulares que defende com a Ciência.

E o intelectual com os interesses objetivos do povo, como é que ele pode contribuir com a organização das classes populares? Esta foi uma das questões largamente debatidas nos encontros com Paulo Freire, principalmente no dia 25 de agosto.

“A prática profissional — diz Paulo Freire — que não levar em consideração as dúvidas, os sonhos, as prioridades, a compreensão de mundo do grupo, evita que as decisões sejam coletivas. É o caso do médico que chega num bairro e pensa “eu sei o que é um posto de saúde, quais as carências da população; sei como solucioná-las e não preciso perguntar o que o povo quer”. Com isso corta a participação. A prática não-autoritária, porém, seria a do técnico que está aberto às aspirações, às dúvidas, aos sonhos da comunidade, para que as decisões sejam de todos”.

Mas esta atitude de abertura não significa uma atitude de espera indefinida. Não se trata de cruzar os braços em nome do respeito às expectativas populares.

Trata-se de uma participação ativa nos grupos, dando a própria contribuição para que o grupo se mobilize em torno de seus interesses e assuma com clareza suas decisões.

Pois, se é verdade que os grupos dificilmente se mobilizem sem o estímulo de uma liderança autêntica, é também verdade que pode tomar ingenuamente decisões contrárias a seus interesses. Como foi o caso de favelados que se mobilizaram e lutaram para aprovar um projeto que — perceberam depois — era para desalojar os favelados.

O intelectual pode dar uma contribuição significativa para o desenvolvimento das lutas populares. Mas será possível colocar seu saber a serviço da luta e dos interesses das classes populares, sem passar pelo crivo do saber e da prática popular, toda a teoria que aprendeu na escola, mais com a intenção de dominar ou explorar, do que realmente servir?